

Solidariedade se realiza na prática: uma reflexão sobre a manifestação dos princípios da Economia Popular Solidária (EPS) no Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS/UFU)

Solidarity is achieved in practice: a reflection on the manifestation of the principles of the Popular Solidarity Economy (EPS) at the Incubation Center for Popular Solidarity Enterprises (CIEPS/UFU)

Eduardo Giarola¹
Gustavo Guimarães Silva²
Cristiane Betanho³
Andrea Costa van Herk Vasconcelos⁴

RESUMO

A Economia Popular Solidária (EPS) surgiu como uma alternativa à lógica individualista e competitiva da economia de mercado. Os princípios fundamentais da EPS, como cooperação, autogestão, ação econômica e solidariedade, norteiam a atuação das Organizações Produtivas Solidárias (OPS). O Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) apoia as OPS, promovendo a aplicação desses princípios e oferecendo suporte para mantê-los ativos e transformadores. Assim, este estudo tem como objetivo analisar como o CIEPS/UFU tem apoiado as OPS na implementação dos princípios da EPS, com ênfase ao papel da incubadora no fortalecimento de práticas de autogestão, cooperação e solidariedade. A partir da articulação com a coordenação do CIEPS/UFU, pretende-se entender de que maneira o suporte oferecido contribui para o desenvolvimento das OPS. Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada, com uma amostragem intencional. Os resultados evidenciam que a EPS fortalece as comunidades locais, promove o trabalho digno e protege o ambiente. Ademais, o CIEPS/UFU desempenha um papel fundamental na formação e assessoria das OPS. Por fim, este estudo também destaca a importância da certificação das Organizações de Controle Social (OCS) e dos esforços conjuntos como estratégias para promover o desenvolvimento de OPS.

Palavras-chave: Economia Popular Solidária. Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários. Organizações Produtivas Solidárias.

¹ Doutor em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; professor na Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil / PhD in Economics, Federal University of Uberlândia, State of Minas Gerais, Brazil; professor at the Federal University of Uberlândia, State of Minas Gerais, Brazil (eduardog@ufu.br).

² Graduado em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil / Bachelor's degree in Administration, Federal University of Uberlândia, State of Minas Gerais, Brazil (gustavoadmufu@ufu.br).

³ Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brasil; professora na Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil / PhD in Production Engineering, Federal University of São Carlos, State of São Paulo, Brazil; Professor at the Federal University of Uberlândia, State of Minas Gerais, Brazil (crisbetanho@ufu.br).

⁴ Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; professora na Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil / PhD in Geography, Federal University of Uberlândia, State of Minas Gerais, Brazil; professor at the Federal University of Uberlândia, State of Minas Gerais, Brazil (andreaherk@ufu.br).

ABSTRACT

The Popular Solidarity Economy (EPS) emerged as an alternative to the individualistic and competitive logic of the market economy. The fundamental principles of the EPS, such as cooperation, self-management, economic action and solidarity, guide the actions of the Solidarity Productive Organizations (OPS). The Incubation Center for Popular Solidarity Enterprises (CIEPS/UFU) at the Federal University of Uberlândia (UFU) supports the OPS, promoting the application of these principles and providing support to keep them active and transformative. Therefore, this study aims to analyze how CIEPS/UFU has supported the OPS in implementing the EPS principles, emphasizing the role of the incubator in strengthening self-management, cooperation and solidarity practices. Based on the coordination of CIEPS/UFU, this study aims to understand how the support provided contributes to the development of the OPS. Data were collected through semi-structured interviews, with intentional sampling. The results show that EPS strengthens local communities, promotes decent work and protects the environment. In addition, CIEPS/UFU plays a fundamental role in training and advising OPS. Finally, this study also highlights the importance of the certification of Social Control Organizations (OCS) and joint efforts as strategies to promote the development of OPS.

Keywords: Popular Solidarity Economy. Incubation Center for Popular Solidarity Enterprises. Solidarity Productive Organizations.

INTRODUÇÃO

Enquanto a economia de mercado fundamenta-se no individualismo e promove a competição como meio de conquista, a Economia Popular Solidária (EPS) destaca-se pela sua natureza plural, dependendo da solidariedade de diversos participantes (Betelho; Fernandes, 2017). Na visão dos autores, a EPS pode ser um instrumento ou uma ferramenta para a geração de trabalho e renda, bem como para a promoção do desenvolvimento sustentável em territórios caracterizados por alto grau de vulnerabilidade e exclusão social.

Nesse sentido, a EPS é uma alternativa real à crescente crise do emprego, verificada em diferentes sociedades. O modo de vida solidário é organizado sob a ótica de cooperativas, associações, clubes de troca, organizações autogestionárias e redes de cooperação entre os indivíduos participantes. Desse modo, os membros dessa economia realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, troca, comércio justo e consumo solidário (Gaiger, 2003).

Assim sendo, a EPS aborda questões centrais como cooperação, inserção comunitária democrática, preços justos, respeito à diversidade e ao meio ambiente, produção e comercialização coletiva, participação e gestão transparente. Logo, buscamos compreender como esses valores fundamentais são essenciais para promover uma abordagem inclusiva e solidária na economia (Palafox; Sousa, 2017).

Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES, 2012), a EPS aborda quatro princípios básicos, sendo eles: cooperação, em que os esforços devem ser conjuntos, bem como a colaboração e a partilha de resultados, que deve ser coletiva; autogestão, determinada pelas decisões comunitárias, em que todos têm direito ao voto; ação econômica, pois a economia solidária é regida pela produção, comercialização, troca, consumo *etc.* – ou seja, não perde fatores econômicos envolvidos; e a solidariedade, que reforça valores importantes como a preocupação com os demais indivíduos, instaurando um ambiente mais justo, saudável e sustentável.

Nesse contexto, os coletivos de trabalhadores que desejam se organizar a partir dos princípios da EPS devem aplicá-los em todas as atividades que realizarem por meio das Organizações Produtivas Solidárias (OPS). Essas organizações são formadas por grupos de trabalhadores que se organizam e gerenciam recursos e meios de produção com a finalidade de gerar valor de forma sustentável e realizar trocas com a sociedade (Betelho *et al.*, 2017) (Betelho *et al.*, 2018).

Contudo, percebe-se ser uma tarefa desafiadora. No entanto, em resposta a essas dificuldades, surgiram entidades como o Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS), órgão ligado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Uberlândia (PROEXC/UFU), que promove os princípios da EPS e oferece suporte às OPS para permanecerem ativas, produtivas e transformadoras.

De acordo com Palafox e Sousa (2017), o CIEPS/UFU é resultado dos esforços de um grupo de trabalho constituído em 2001, por docentes, servidores técnico-administrativos e representantes dos movimentos e mandatos populares de Uberlândia e região, para promover e viabilizar a criação de empreendimentos populares, capazes de gerar trabalho e renda entre grupos da população de baixa renda socioeconômica, fundamentados na perspectiva da denominada Economia Popular Solidária (EPS).

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar como o CIEPS/UFU tem apoiado as OPS na implementação dos princípios da EPS, com ênfase no papel da incubadora no fortalecimento de práticas de autogestão, cooperação e solidariedade. A partir da articulação com a coordenação do CIEPS/UFU, o estudo pretende entender de que maneira o suporte oferecido contribui para o desenvolvimento e sustentabilidade das OPS incubadas.

Para isso, utilizou-se uma abordagem qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e entrevista semiestruturada com a atual coordenadora do CIEPS. A coleta de dados ocorreu em outubro de 2023, com o objetivo de compreender como os princípios de autogestão, dimensão econômica, cooperação e solidariedade se manifestam na prática nas OPS incubadas.

Logo, esta pesquisa se justifica diante da necessidade de compreender a forma com que essas OPS praticam os princípios da EPS, bem como investigar qual apoio elas recebem de incubadoras durante esse processo. Dessa forma, o objeto de pesquisa foi o Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS/UFU).

Desse modo, espera-se contribuir para a compreensão e disseminação de experiências bem-sucedidas de Economia Popular Solidária, destacando a importância do CIEPS/UFU como agente facilitador e promotor da transformação socioeconômica por meio da aplicação dos princípios da EPS.

REFERENCIAL TEÓRICO

Afinal, o que é economia?

Na economia capitalista, acredita-se que o mercado se regula por si só para o benefício de todos, e que a competição é a forma ideal de interação entre os agentes sociais. Nesse contexto capitalista, Thurow (2001 *apud* Silva, J.; Silva, S., 2008) retrata que a busca por lucro guia as atividades empresariais, conforme descrito por Adam Smith, por meio da “mão invisível”, que direciona os esforços de produção para atender às demandas dos consumidores. No entanto, muitas vezes essa abordagem não atende às necessidades daquelas pessoas que não possuem capital, pois o foco está na maximização dos ganhos.

Enquanto isso, Singer (2004) descreve o capitalismo como uma economia baseada na propriedade privada do capital, em que a enorme parte dos trabalhadores não está incluída. O autor afirma que o modo de produção capitalista divide a sociedade em duas classes sociais, especificamente burguesia e proletariado, onde a primeira detém os meios de produção e dita o desenvolvimento de acordo com seus interesses, e a segunda é composta por trabalhadores que vendem sua mão de obra para os proprietários do capital. A concorrência entre as organizações de capital privado é a mola que impulsiona o desenvolvimento desse sistema (Singer, 2004). Em outro momento, é relatado por Singer (2004) que uma das características essenciais do capitalismo é que ele não é para todos.

De modo geral, os consumidores se beneficiam dele à medida que enseja a produção de novos bens e serviços que satisfazem suas necessidades (reais ou fictícias). Essa situação, além de baratear a maioria dos bens e serviços preexistentes, graças ao aumento da produtividade do trabalho, promove um desenvolvimento capitalista seletivo, tanto social quanto geográfico. Assim, parte dos trabalhadores perde suas qualificações e seus empregos. Logo, muitos deles são lançados à miséria (Singer, 2004). Nessa perspectiva, embora hegemônica, o capitalismo

não impede o desenvolvimento de outros modos de produção, uma vez que é incapaz de abarcar toda a população economicamente ativa (Singer, 2004).

A Economia Popular Solidária – EPS

De acordo com Betelho *et al.* (2018), o papel da EPS vai muito além de compor as lacunas supracitadas, uma vez que os autores argumentam que ela é uma construção edificada pela classe trabalhadora e que está a todo momento questionando os resultados e os impactos do modo de produção capitalista nas esferas políticas, sociais e econômicas.

No que concerne à evolução histórica da EPS, Gaiger (2003) destaca que, a partir do século XIX, na Europa, surgiram iniciativas em busca de formas comunitárias e democráticas de produção e organização do consumo, com o objetivo de alcançar a igualdade econômica e atender às necessidades básicas dos trabalhadores. Especificamente, foi “[...] quando a proletarização do mundo do trabalho provocou o surgimento de um movimento operário associativo e das primeiras cooperativas autogestionárias de produção” (Gaiger; 2003, p. 182).

No contexto do capitalismo industrial, marcado pelo desemprego e pela pobreza, Singer (2001) observa que esses fatores motivaram os operários a se mobilizarem, dando origem às primeiras organizações no início do século XIX, quando a relação entre o ser humano e a máquina ainda era desregulada.

A EPS, além de apresentar essa perspectiva, mostrou-se como uma alternativa para o desemprego e para a exclusão. Conforme a concepção de Arcoverde, Souza e Fragoso (2006), trata-se de um poderoso instrumento de resistência do trabalho, dado sua luta contra processos de exclusão social. Nesse contexto, as autoras realizaram um estudo com cooperativas e associações pernambucanas, no qual concluíram que o desemprego, a privação econômica (ou social) e a exclusão do mercado de trabalho impulsionaram a busca por iniciativas econômicas que se distanciassem, ainda que parcialmente, da lógica capitalista. Por adotarem posições que se afastam dessa lógica, tais iniciativas exercem um papel importante na construção de uma sociedade mais igualitária.

Embora essas organizações venham amadurecendo ao longo dos anos, França Filho (2004) elucida que, por se tratar de um campo pouco homogêneo, observam-se variações significativas em sua estrutura e forma de organização. Ainda assim, o autor enfatiza a importância da autogestão e do cooperativismo nesse processo, por ser a partir desses valores que emergem formas inéditas de “fazer economia”, tanto na produção quanto na distribuição da riqueza, reforçando argumentos já apresentados por outros autores.

Portanto, esses empreendimentos podem gerar tanto valor econômico – medido por meio de resultados financeiros que, após a distribuição de recursos aos associados, podem manter a operação da organização e um padrão de investimento na capacidade produtiva (Fischer, 2002) – quanto valor social, decorrente de fenômenos capazes de satisfazer algumas das necessidades sociais, como a melhoria da qualidade de vida das pessoas, a diminuição da exclusão social e o aumento do apoio e dos benefícios à comunidade (Dees, 2001).

De acordo com Fernandes (2020), é fundamental reconhecer que nem tudo o que é popular é necessariamente solidário, assim como não se pode considerar solidário tudo aquilo que é popular. Nessa perspectiva, para determinar que uma organização é popular e solidária, é preciso compreender de que forma os indivíduos envolvidos se organizam para resolver os problemas coletivos.

Para complementar, Diniz (2017) define que a economia é popular quando classes trabalhadoras utilizam recursos próprios, incluindo mão de obra, para desenvolver atividades econômicas subordinadas a atender suas necessidades, sejam elas a manutenção e/ou a melhora da qualidade de vida. Enquanto isso, o modo de vida solidário é organizado sob a ótica de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias e redes de cooperação entre os indivíduos participantes.

Em 2003, o Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES) promoveu a III Plenária Nacional da Economia Solidária, ocasião em que foi aprovada a Carta de Princípios da Economia Solidária (CPES), fruto de debates realizados em 18 estados. A partir dessa carta, estabeleceram-se diretrizes que ajudaram a delimitar o que não é Economia Solidária, buscando desmistificar definições equivocadas em torno do tema (FBES, 2003). O Quadro 1 apresenta os elementos que caracterizam e os que não representam a Economia Solidária.

Quadro 1 – O que é a Economia Solidária?

Economia Solidária não representa...	Economia Solidária é...
Uma solução temporária para problemas sociais	Uma abordagem duradoura para enfrentar desafios sociais
Competição e busca pelo lucro máximo	Colaboração e bem comum
Mercantilização de pessoas e natureza	Valorização das relações humanas e sustentabilidade
Autorregulação do mercado	Formas democráticas de organização econômica
Visão das necessidades humanas como meras mercadorias	Priorização do bem-estar das pessoas sobre o lucro
Desemprego e exclusão do mercado de trabalho	Oferta de oportunidades de emprego e inclusão social
Competição exacerbada do mercado capitalista	Cooperação e solidariedade entre os membros da comunidade
Concentração de riqueza do capitalismo	Distribuição mais equitativa da riqueza
Visão unicamente mercantil da riqueza	Reconhecimento de diversos valores na avaliação da riqueza
Substituição das funções do Estado	Autogestão e protagonismo dos trabalhadores como agentes de mudança

Fonte: elaboração própria a partir de Carta de Princípios da Economia Solidária (2003).

Dessa forma, entende-se que a Economia Popular Solidária vai além da geração de trabalho, capital e renda. Ela também promove experiências culturais no espaço público em que está inserida, com o importante objetivo de construir um ambiente socialmente justo, sustentável e politicamente emancipador para os trabalhadores. Assim, a Economia Solidária reafirma a emancipação desses sujeitos históricos.

Organizações Produtivas Solidárias (OPS) e os princípios da Economia Popular Solidária (EPS)

O desenvolvimento da Economia Popular Solidária traz consigo uma pluralidade de desafios, principalmente no que diz respeito ao autorreconhecimento ou à identificação dos sujeitos sociais que a praticam, de modo a permitir contribuições mais efetivas do campo teórico e político.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi criada em 2003, durante o primeiro mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, segundo Singer (2014), tinha como objetivo apoiar o movimento da EPS, contribuindo para o mapeamento e a regulamentação dos chamados Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

Apesar da ampla aceitação do conceito de EES, Betelho *et al.* (2017) argumentam que denominar essas iniciativas como Organizações Produtivas Solidárias (OPS) é mais adequado, uma vez que não se trata de “empreender” sob a ótica capitalista – na qual o empreendimento

adquire recursos e mão de obra –, mas sim de uma lógica na qual os próprios trabalhadores detêm os recursos e participam do processo produtivo.

Nesse sentido, Fernandes (2020) também observa que o surgimento de movimentos impulsionados por classes trabalhadoras, organizadas coletivamente em movimentos sociais para garantir sua própria subsistência, acabou, por vezes, aproximando-se da lógica capitalista de produção, devido à ausência de uma estrutura teórica sólida, o que gerou equívocos na formação desses movimentos.

Nesse contexto, os princípios da Economia Popular Solidária (EPS) se manifestam em quatro eixos fundamentais, conforme a SENAES (2012): cooperação, autogestão, ação econômica (ou dimensão econômica) e solidariedade.

A cooperação envolve a convergência de interesses e objetivos, a união de esforços e capacidades, a posse coletiva de recursos, a partilha dos resultados e a solidariedade na responsabilidade por eventuais dificuldades. Isso abrange uma ampla gama de organizações coletivas, capazes de incorporar diversas atividades individuais e familiares (SENAES, 2012). Betanho *et al.* (2018) ressaltam que o objetivo da cooperação na EPS é possibilitar que os trabalhadores enfrentem a exploração por meio de ações organizadas coletivamente, garantindo pleno controle sobre as decisões, ações, funções e planejamento do trabalho.

A autogestão implica a adoção de práticas democráticas e participativas, envolvendo decisões estratégicas, escolha de dirigentes e coordenação das atividades. Além disso, também abrange definições sobre os processos de trabalho, a distribuição dos resultados e a posse coletiva dos meios de produção (SENAES, 2012). Reconhece-se que as pessoas são plurais, com diferentes habilidades e facilidades ou dificuldades em determinadas tarefas; no entanto, Betanho *et al.* (2018) ressaltam a importância de que o conhecimento não fique concentrado, e que todos os envolvidos conheçam o processo como um todo, participando ativamente de todas as etapas.

A ação econômica incentiva a colaboração de recursos e esforços pessoais e organizacionais em atividades como produção, processamento, obtenção de crédito, comercialização e consumo. Esse processo considera aspectos de viabilidade econômica, eficácia e efetividade, além de fatores culturais, ambientais e sociais (SENAES, 2012). Segundo Betanho *et al.* (2018), é importante reconhecer que essa motivação é, sim, econômica – pois envolve valor monetário –, mas sem que os demais princípios sejam deixados de lado. Portanto, os envolvidos têm clareza sobre o que será produzido, em que quantidade, a que preço, e, sobretudo, que eles próprios serão os beneficiados da riqueza gerada.

A solidariedade se manifesta em várias dimensões, como a cooperação para alcançar objetivos comuns, a distribuição justa dos resultados obtidos, o cuidado com o meio ambiente, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, a participação em movimentos sociais emancipatórios e a preocupação com o bem-estar dos integrantes e consumidores (SENAES, 2012).

Desenvolver iniciativas coletivas com base nos princípios dessa economia exige ações coordenadas que vão além da simples oposição à economia de mercado capitalista. Trata-se de grupos de trabalhadores que precisam se organizar e gerenciar seus próprios recursos e meios de produção com a finalidade de gerar valor de forma sustentável e realizar trocas com a sociedade.

A economia popular vai além da dimensão econômica que engloba os proveitos materiais, uma vez que ela torna evidente princípios importantes para a formação do ser humano, como cultura, moradia, socialização e solidariedade (Betelho *et al.*, 2017). Dessa forma, o fortalecimento das OPS depende de como essas organizações identificam as lacunas deixadas pelo modo de produção capitalista e de como lidam com elas internamente, baseando-se nos princípios da EPS, o que deve ser considerado ao se desenvolver métodos voltados ao desenvolvimento dessas organizações.

Diante disso, torna-se evidente a necessidade de instituições e/ou ações que estimulem os responsáveis e participantes das OPS a refletirem sobre os impactos de suas práticas na sociedade como um todo, atuando fortemente sobre todos os princípios da EPS: autogestão, dimensão econômica, cooperação, solidariedade.

A agricultura familiar é um exemplo claro das premissas da EPS e das OPS, já que, conforme Barbosa e Sousa (2012), desempenha um papel fundamental na geração de trabalho e renda para os agricultores familiares, além de contribuir para a preservação ambiental.

Ademais, Batalha, Buainain e Souza Filho (2005) destacam haver um consenso entre os estudiosos da área quanto à baixa eficiência gerencial das OPS. Isso indica a necessidade de ações que auxiliem esses produtores na gestão das relações no sistema em que estão inseridos e de suas propriedades, de maneira ampla e detalhada. Logo, é essencial enfrentar os desafios vivenciados pelos produtores e aprofundar o estudo dessas organizações, que representam uma parcela significativa de pequenos negócios por movimentarem a economia.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O objetivo deste trabalho é analisar como o CIEPS/UFU tem apoiado as OPS na implementação dos princípios da EPS, com ênfase no papel da incubadora para o fortalecimento das práticas de autogestão, cooperação e solidariedade. Dessa forma, esta pesquisa é um dos resultados de um importante projeto de extensão vinculado ao CIEPS/UFU, intitulado “Vocação, Organização, Autogestão, Resistência – formação de capital social e desenvolvimento territorial local de empreendimentos populares solidários”, sob nº de registro SIEX/UFU: 30887.

Para introdução, Pisicchio e Bonora (2017) ressaltam a importância da universidade nessa construção, ressaltando seu papel fundamental na disseminação da EPS por meio dos conhecimentos produzidos nesse campo. Em uma experiência positiva com a Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual de Londrina (INTES – UEL), os autores observaram haver uma oportunidade concreta para que esses estudos sejam produzidos e fomentados. Isso se justifica, segundo eles, pelas lacunas identificadas na relação entre as incubadoras e os empreendimentos incubados.

Outrossim, Fernandes (2020) também encontra algumas lacunas, especificamente ao apontar a necessidade latente de se compreender melhor essa relação. Ao analisar o Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS/UFU), no período de 2008 a 2018, o autor constatou que os processos formativos desenvolvidos pelas universidades – em especial pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), por meio do CIEPS – nem sempre foram plenamente eficazes. Isso se deve ao fato de que os princípios da EPS não eram praticados inteiramente por eles.

Em decorrência da problemática supracitada, Calbino e Paula (2012) reafirmam a necessidade de ressignificar o conhecimento transmitido aos empreendimentos pelas incubadoras, principalmente quanto à forma didática com que esse processo é conduzido. Sob essa ótica, esta pesquisa justifica-se por buscar analisar como o CIEPS/UFU tem apoiado as OPS na implementação dos princípios da Economia Popular Solidária, com base na articulação e no suporte oferecido pela incubadora. Dessa forma, busca-se compreender o papel do CIEPS/UFU no fortalecimento das práticas de autogestão, cooperação e solidariedade nas organizações incubadas.

O CIEPS/UFU é uma instituição que promove a EPS em Uberlândia, no Triângulo Mineiro e no Alto Paranaíba, oferecendo o suporte necessário para que essas organizações sejam emancipadas e gerem renda (CIEPS, 2023). De acordo com informações do próprio *site*

do CIEPS, sua institucionalização na estrutura universitária ocorreu em 2008, tendo a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como agente condutor e responsável pela gestão da incubadora (CIEPS, 2023).

A estratégia metodológica adotada para responder à pergunta-problema da pesquisa baseou-se em métodos qualitativos. Essa escolha se justifica pelo fato de que tal metodologia trabalha predominantemente com elementos que não podem ser mensurados ou quantificados, diferentemente da análise quantitativa. Esta abordagem exige dados estatísticos para a condução da pesquisa, enquanto a abordagem qualitativa se concentra em aspectos mais subjetivos e contextuais, proporcionando uma compreensão aprofundada e interpretativa do fenômeno estudado. A pesquisa também se valeu da revisão bibliográfica como ferramenta para buscar esclarecer a questão de pesquisa, a partir de teorias mencionadas em artigos, teses, livros, revistas, dissertações e outros (Cervo; Bervian; Silva, 2007).

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada, utilizando uma amostragem intencional. A entrevistada foi escolhida propositalmente por apresentar um conjunto de características importantes ao estudo (Lincoln; Guba, 1985). Assim, a entrevista foi realizada com a atual coordenadora do CIEPS, no mês de outubro de 2023. A referida coordenadora é uma figura central na composição do CIEPS, atuando como coordenadora desde 2015. Além disso, ela é professora adjunta da UFU, em regime de dedicação exclusiva, na Faculdade de Gestão e Negócios (FAGEN/UFU). A entrevista foi conduzida de forma on-line, mediante autorização da entrevistada e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A visão e o conhecimento da depoente foram essenciais para o entendimento das experiências de Economia Popular Solidária, destacando a importância do CIEPS/UFU como agente facilitador e promotor da transformação socioeconômica por meio da aplicação dos princípios da EPS. Diante disso, justifica-se a importância de direcionar as perguntas-chave da pesquisa com base nesses aspectos – a EPS, seus princípios e a atuação da incubadora – a fim de permitir uma análise mais aproximada da vivência desses princípios nas OPS incubadas pelo CIEPS/UFU.

O roteiro da entrevista foi construído com base no estudo de Nascimento (2013), cujo objetivo era compreender o papel da extensão universitária na socialização do conhecimento produzido pelas incubadoras e sua potencial atuação nesse cenário. Segundo o modelo de guia de tópicos proposto por Godoy (2006), as perguntas foram organizadas em blocos. O primeiro bloco abordou discussões conceituais, enquanto o segundo focou nas dimensões de análise: Institucional, Articulação e Parcerias, Financiamento, Pessoas e Metodologia de Incubação

(Nascimento, 2013). Com a finalidade de complementar o roteiro, foram incorporadas as dimensões relativas aos princípios da EPS, conforme apresentados por Betanho *et al.* (2018): autogestão, dimensão econômica, cooperação e solidariedade.

Por fim, com base no modelo de guia de tópicos (Godoy, 2006), os resultados foram obtidos em blocos de respostas a partir da entrevista com a coordenadora do CIEPS/UFU. Com sua experiência e pioneirismo na UFU, bem como na cidade de Uberlândia e acerca do tema da Economia Popular Solidária, foi possível obter resultados satisfatórios que permitiram compreender como a incubadora enfatiza e lida com a aplicação dos princípios para as OPS incubadas. Vale destacar, ainda, as contribuições da entrevistada no que se refere à comparação entre o modo de vida solidário e o modelo de produção capitalista.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Economia Popular Solidária

Inicialmente, a depoente ressalta que a Economia Solidária é centralizada no trabalho e, portanto, no trabalhador, pois “quando a gente fala na Economia Popular Solidária, a gente está falando em direcionar o fruto do resultado do trabalho para quem é o dono do recurso produtivo, que é o trabalhador” (Entrevistada, 2023). Nesse sentido, o valor obtido deve ser protegido por aqueles que compartilham relações nessa cadeia de valor, sejam relações de troca ou produção.

A EPS, segundo a entrevistada, fortalece as comunidades locais por dois fatores principais. Primeiro, ao estabelecer a lógica da localidade como estratégia de desenvolvimento, as OPS podem, por exemplo, participar de políticas públicas a partir da esfera federal, realizando suas atividades no município em que estão localizadas, como exposto em seu discurso: “dentro da localidade, produzo no local, comercializo no local, faço trocas no local, sou reconhecida no local, e só faço trocas para fora do local, das coisas que eu não sou capaz de fazer” (Entrevistada, 2023). Enquanto isso, o segundo fator é o cuidado com o meio ambiente, devido à redução nas cadeias de produção e comercialização dos produtos, gerando reconhecimento dentro da própria comunidade.

As incubadoras e o CIEPS

Ao conceituar uma incubadora, a depoente define-a como um espaço onde se conectam grupos de trabalhadores ao conhecimento produzido na universidade, antes inacessível a eles. Ela cita a UFU como “um bem público a serviço do Brasil”, destacando que uma universidade

deve atender a todos os grupos, não apenas à iniciativa privada e às grandes corporações. Ela explica que, desde o princípio, uma incubadora de Economia Solidária apresenta a realidade em torno dos assuntos em questão, esclarecendo que “não vamos prometer que você vai ser rico, porque a riqueza é expropriação. Para alguém ser rico, precisa haver um monte de gente pobre. A ideia é que todos, em algum momento, sejam iguais. Então, não prometemos riqueza, mas que, se trabalharmos bem, todos viveremos bem” (Entrevistada, 2023).

Sobre o apoio a uma OPS, a entrevistada ressalta a necessidade de reconsiderar o conceito de “viver bem”, especialmente em relação ao consumismo e ao sistema capitalista. Ela destaca que o consumo está ligado à acumulação constante de capital e à obsolescência programada. Adicionalmente, os meios de comunicação reforçam a ideia de que a identidade está associada a bens materiais.

Ademais, ela destaca que as incubadoras protegem um ambiente para refletir sobre essas preocupações, promovendo uma transformação nas relações com as pessoas, com o ambiente e com os recursos, além do aspecto financeiro. Nesse sentido, ela exemplifica utilizando a agricultura agroecológica, onde a produtividade é avaliada em cinco dimensões, destacando a geração de trabalho, o valor para a comunidade e o sustento coletivo, em oposição ao lucro individual do agronegócio. Além disso, ela ressalta que esses locais fomentam novas formas de interação na sociedade, promovendo sistemas econômicos que valorizam a solidariedade, a criação de oportunidades e o bem-estar da comunidade, conforme os princípios da Economia Popular Solidária.

Por fim, sua afirmativa indica que as incubadoras têm um papel importante em auxiliar os empreendimentos populares solidários, não só provendo recursos materiais, mas incentivando uma alteração na mentalidade e nas práticas econômicas.

O processo de incubação e seus desafios

De acordo com a depoente, o CIEPS/UFU conta atualmente com 14 organizações avaliadas. Elas estão conectadas a segmentos da coleta seletiva, arte e cultura popular, bem como agricultores em transição ecológica e trabalhadores urbanos ligados a cozinhas e hortas comunitárias. Sobre os critérios de seleção para a integração das organizações à incubadora, ela explica que “em princípio, a gente não escolhe, a gente absorve” (Entrevistada, 2023). Nesse contexto, o primeiro critério é compreender que a EPS é para organizações coletivas, não individuais. Logo, o segundo é querer ser organizado pelos princípios da Economia Solidária.

Assim, a coordenadora enfatiza a fase de pré-incubação, uma oportunidade de estudo e adaptação com a transferência de conhecimento prático. Nessa fase, algumas pessoas decidem sair. Dessa forma, a experimentação se torna um treinamento para continuar ou não. Outrossim, ela destaca dois desafios principais durante a incubação: a geração de renda e a participação. Sobre a geração de renda, ela explicita a necessidade de ser mais atraente e, além disso, está conectada à geração de trabalho, devendo ser competitiva em qualidade, quantidade e remuneração em comparação ao sistema capitalista.

Nessa perspectiva, ainda com relação à geração de renda, as organizações entendem que “no tempo de bonança é bom para todos e nos tempos ruins é ruim para todos”. Nesse momento, as pessoas percebem o critério de igualdade. Quanto à participação, a entrevistada faz uma comparação ao sistema capitalista, onde muitas vezes o trabalhador apenas cumpre suas horas de trabalho. Nas OPS, “ele tem que participar do processo decisório também, então, participar também é um trabalho e participar dá trabalho”. Nesse sentido, percebe-se que a autogestão é um dos principais desafios e precisa ser valorizada.

Os efeitos após o período de incubação são percebidos pela revisão da renda e do reconhecimento. Assim, ela destaca a “renda monetária”, representando uma melhoria real nas condições financeiras. Além disso, ela menciona a “renda não monetária”, com melhorias na alimentação, saúde e educação, trazendo uma mudança às condições de vida. Sobre o reconhecimento, ela menciona que acontece uma sócio-referenciação a partir dessa melhora, em que as organizações são reconhecidas pela sociedade e por órgãos públicos, tendo seus direitos respeitados. O objetivo é viver bem, de forma concatenada ao bem viver das outras pessoas.

O acompanhamento do progresso das organizações após a incubação é feito qualitativamente, com reuniões de acompanhamento e observação do cotidiano. Os relatórios são elaborados para registrar mudanças, como o aumento da renda. Ademais, a depoente destaca a importância de considerar a diversidade de pessoas e grupos, garantindo tratamento individualizado. Para ela, a pesquisa-ação dentro da perspectiva do materialismo histórico-dialético é essencial para compreender e acompanhar de forma consistente o progresso das organizações.

A entrevistada apresenta dois casos exemplares de sucesso após uma incubação. Primeiro, ela menciona as organizações de coleta seletiva, especificamente a Associação de Catadores e Recicladores de Uberlândia (CRU) e a Cooperativa de Recicladores (CORU), que operam na esfera do pós-consumo, coletando materiais recicláveis. Nesse contexto, elas estabeleceram parcerias com órgãos governamentais para implementar a coleta seletiva

solidária, em conformidade com a política nacional de resíduos sólidos, além de fazer toda a coleta seletiva dos *campi* da UFU. Ela observa que, “se a esfera da produção não é conhecida, só a esfera da reprodução, que é a esfera do consumo, a esfera do pós-consumo, então ela é totalmente esquecida, no modo de produção capitalista” (Entrevistada, 2023).

Em segundo lugar, ela menciona a Cooperativa de Economia Popular Solidária da Agricultura Familiar Reflorestamento e Agroecologia (COOPERSAFRA), uma iniciativa da agricultura familiar camponesa que fornece alimentos para as escolas municipais e estaduais. A conquista do espaço na merenda escolar municipal de Uberlândia para a comercialização de alimentos orgânicos é resultado da pressão organizada dos agricultores, apoiada pelo CIEPS/UFU, com toda a parte burocrática, conforme previsto no processo de incubação.

Os princípios da EPS

Ao ser questionada sobre a importância dos princípios da EPS, a depoente destaca que “princípio é o início de tudo, alguma coisa só existe no campo concreto porque existem princípios”. Segundo a coordenadora do CIEPS/UFU, na EPS os princípios guiam uma organização oposta ao sistema capitalista, incentivando uma abordagem mais justa e colaborativa nas relações de trabalho e econômicas. Ela identifica as contradições da sociedade capitalista e destaca a necessidade de escolhas conscientes, indicando que a EPS propõe uma alternativa ética e viável ao capitalismo, fundamentada na cooperação, autogestão, dimensão econômica e solidariedade.

Sobre a cooperação, a entrevistada afirma que a EPS vai além da simples divisão do trabalho, por envolver uma colaboração consentida e baseada em acordos coletivos, ao contrário da “colaboração obrigada” do capitalismo, em que o trabalhador deve cooperar ou, caso contrário, é demitido. Ela, ao destacar a importância da autogestão na EPS, menciona haver a presença de uma “heterogestão” no capitalismo, centralizada no patrão. Enquanto isso, a EPS diz respeito aos donos dos meios de produção que participam igualmente do planejamento e da execução das tarefas, ressaltando a necessidade de os trabalhadores conhecerem e se integrarem em todo o processo produtivo.

De acordo com a depoente, enquanto o lucro é o objetivo central das empresas capitalistas, na EPS, o foco é o compartilhamento justo dos resultados do trabalho de todos, sem exploração, fazendo do princípio da dimensão econômica algo essencial. Ela ressalta a frase “todo mundo trabalhou, então todo mundo merece”. Sobre a solidariedade, ela enfatiza que se trata de uma solidariedade de classe, pois os trabalhadores se unem em prol de seus

interesses comuns, ressaltando que “a gente se une aos nossos interesses comuns, somos trabalhadores, a gente tem que cuidar dos nossos interesses enquanto trabalhadores, e não do interesse do patrão. Então, a gente não fecha com o patrão, a gente fecha entre a gente” (Entrevistada, 2023).

Autogestão na prática

A depoente retrata que nas OPS a autogestão é abordada como um princípio complexo, que tanto liberta quanto responsabiliza. A ideia central é a ausência de uma estrutura de comando e a subordinação clara, o que pode ser libertador, mas, por outro lado, exige uma participação ativa e responsável de todos os membros. Além disso, na prática, são identificadas algumas contradições, especialmente com algumas pessoas resistindo à participação enquanto outras buscam o controle.

Além disso, a falta de rotatividade de lideranças em algumas organizações resulta em uma identidade individualista em vez de coletiva. Superar essa relação hierárquica é considerado um desafio fundamental para promover a autogestão, o que exige uma mudança de mentalidade e uma maior valorização da participação e do compartilhamento de responsabilidades entre os membros da organização. Nesse sentido, algumas estratégias para a capacitação dos membros destacados pela entrevistada são utilizadas, especificamente em dois níveis: o formal, em que os membros são levados para a sala de aula para a realização de cursos sobre contabilidade, comercialização, mercados *etc.*, bem como o acompanhamento do dia a dia da gestão das cooperativas. No entanto, ela ressalta que somente o curso não é suficiente e, além disso, é um papel do CIEPS/UFU fazer esse assessoramento.

No que concerne aos benefícios desses princípios para as OPS, ela destaca a formação de comunidades mais horizontais, buscando superar hierarquias entre os patrões e empregados, bem como a igualdade e o respeito entre os membros da comunidade. Por fim, ela pondera que “a gente precisa de equidade, a gente precisa de um sistema que promova mais formação, mais conhecimento, mais qualificação, mais recursos, para quem sabe menos para que algum dia a gente tenha relações mais horizontais” (Entrevistada, 2023).

Dimensão econômica na prática

Com relação ao princípio da dimensão econômica, a estratégia para fortalecer a sustentabilidade financeira das organizações foca na geração de valor agregado. Logo, a

depoente destaca a importância de promover processos produtivos que gerem valor, como a venda de materiais triados e processados na coleta seletiva, bem como de produtos agrícolas com valor agregado, como a alface orgânica e a mandioca descascada. A ênfase está na procura por canais diretos de comercialização para evitar atravessadores, aumentando o ganho de agricultores e trabalhadores. Por fim, ela conclui: “a nossa ideia é sempre vender diretamente, [por meio de] cadeias de comercialização mais curtas possíveis”.

Ao ser questionada sobre as parcerias entre as organizações e os atores locais, a entrevistada enfatizou a busca por proteção por meio de políticas públicas. Na ausência dessas políticas, a luta é por sua implementação, pois as regras de mercado favorecem grandes atores. Assim, aquelas pessoas que precisarem de mais proteção devem ter acesso a políticas públicas que promovam equidade e justiça na Economia Popular Solidária. Nessa perspectiva, ela afirma: “se não existem políticas públicas, a gente vai procurar lutar por elas”.

Além disso, a coordenadora ressalta o apoio da incubadora à organização dos custos de produção, conscientizando os agricultores sobre o valor gerado no processo. A busca por financiamento público, especialmente o fundo perdido, é mencionada para construir unidades agroindustriais de agregação de valor, bem como a aquisição de veículos para o transporte de mercadorias. Essas estratégias visam a internalizar os elos da cadeia produtiva, especialmente ao garantir o controle total dos trabalhadores, desde a semente até a mesa do consumidor. Por fim, vale ressaltar que essas ações são fundamentais para fortalecer a dimensão econômica das organizações incubadas, especialmente em um contexto pós-pandemia.

Cooperação e Solidariedade na prática

Em primeiro lugar, ao ser questionada sobre como os princípios de cooperação e solidariedade são estimulados entre as OPS, ela destaca que o estímulo é abordado com ênfase à ação, tanto individual quanto coletiva. Além disso, destaca que a realização de ações formativas, que podem ser conduzidas individualmente ou entre os grupos, visa estimular a participação dessas organizações em órgãos de representação.

Essas estratégias são essenciais para promover a cooperação e a solidariedade dentro da comunidade de organizações incubadas, contribuindo para o fortalecimento mútuo e o alcance de objetivos comuns. Por outro lado, com relação às estratégias usadas para promover a colaboração entre as OPS, a depoente destaca o foco na participação ativa em movimentos sociais e na construção de políticas públicas, além de ter ressaltado que os incubados

contribuíram para a criação do Fórum Regional de Economia Popular Solidária do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (FREPS).

No que concerne à forma como uma incubadora incentiva a formação de redes e parcerias entre as organizações e outros agentes do ecossistema, duas estratégias principais são enfatizadas: a primeira é trabalhar sob a lógica de projetos, que reúne diferentes organizações para alcançar objetivos comuns, promovendo a colaboração entre os grupos. Nesse sentido, outra estratégia importante é “sempre buscar fazer formação de formadores e apontar formadores dentro das próprias comunidades”, reconhecendo e valorizando os saberes locais. Assim, a troca de saberes entre os grupos é essencial para promover a colaboração e aumentar o conhecimento compartilhado.

Iniciativas que fomentam a prática dos princípios

Ao fim da entrevista, ela foi questionada se gostaria de fazer alguma consideração sobre o processo de incubação. Desse modo, a depoente contribuiu com dois pontos fundamentais que fazem sentido para que as OPS trabalhem com os princípios da EPS: os mutirões, que surgiram originalmente com as organizações de agricultores, inspirados pela lógica agroecológica, e a certificação de Organização de Controle Social (OCS).

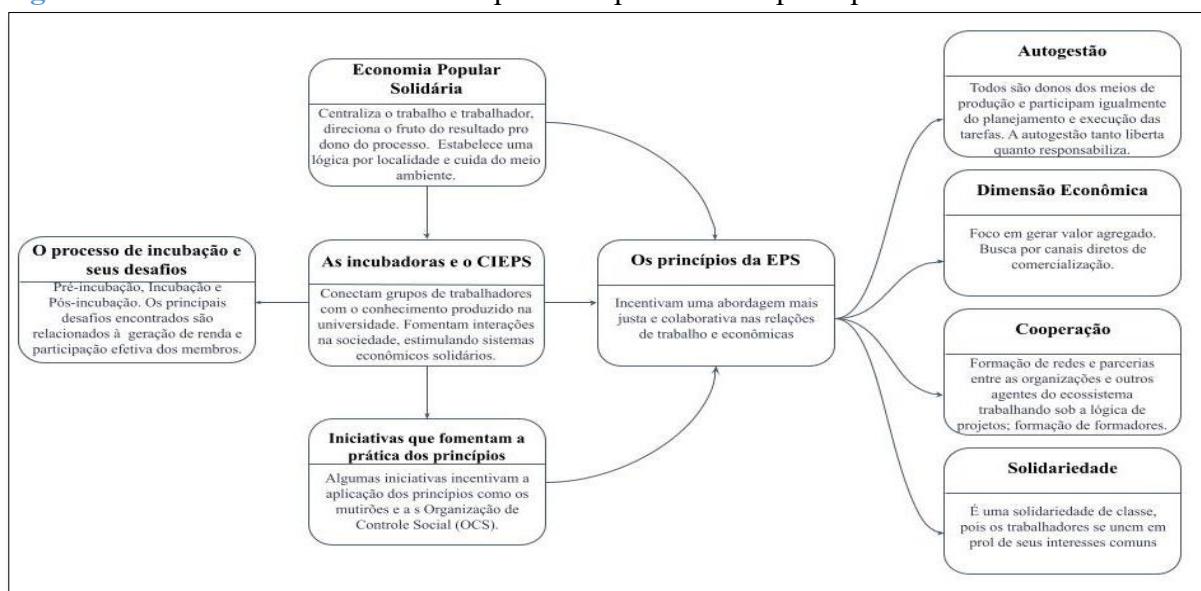
Nesse contexto, foi enfatizada a importância dos mutirões como uma estratégia para reduzir a penosidade do trabalho e promover a troca de ideias e experiências entre os trabalhadores. Ao preparar a terra para o plantio nessa abordagem, o processo extrapola o simples uso de maquinário. Por fim, os mutirões representam essa colaboração e o compartilhamento de conhecimento entre os agricultores, onde cada etapa do processo é realizada de forma coletiva e consciente. Desde a preparação do solo até o plantio e a manutenção das culturas, os participantes se envolvem ativamente, promovendo uma produção agrícola mais sustentável e em harmonia com o meio ambiente.

Ademais, outro ponto relevante mencionado é a OCS como uma forma de certificação reconhecida para venda direta. A OCS, de acordo com a entrevistada, é uma certificação solidária e coletiva, promovida entre os agricultores, que fortalece todas as dimensões da produção agrícola, especialmente na lógica da certificação orgânica. Essa abordagem envolve o controle social direto sobre os processos de produção, no qual os consumidores e membros da comunidade verificam se as práticas utilizadas pelos agricultores são verdadeiramente orgânicas, sem o uso de agrotóxicos ou adubos químicos. Por fim, a OCS é a mais simples das

certificações, mas fundamentalmente importante, pois promove o controle social e a sócio-referenciação.

Em contraste com as certificações convencionais, que visam principalmente ao reconhecimento comercial, a OCS destaca-se por sua ênfase na valorização do reconhecimento dos trabalhadores da cidade, fortalecendo a economia solidária e estabelecendo vínculos diretos entre os produtores e consumidores. A depoente conclui afirmando que essa certificação promove o controle social sobre as práticas agrícolas, garantindo a qualidade dos produtos e fortalecendo a confiança entre os produtores e consumidores.

Figura 1 – Como o CIEPS/UFU incorpora e implementa os princípios da EPS



Fonte: elaboração própria a partir dos resultados obtidos (2024).

A Figura 1 resume, a partir da entrevista, como o CIEPS/UFU incorpora e implementa os princípios da EPS nas Organizações Produtivas Solidárias incubadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar de que forma o CIEPS/UFU tem contribuído para a implementação dos princípios da Economia Popular Solidária (EPS) nas Organizações Produtivas Solidárias (OPS) que apoia. O estudo focou, especialmente, no papel desempenhado pela incubadora no fortalecimento de práticas como autogestão, cooperação e solidariedade. Por meio de um diálogo direto com a coordenação do CIEPS/UFU, buscou-se compreender de que maneira esse suporte impacta o desenvolvimento e a sustentabilidade das OPS incubadas.

Assim, observou-se a importância do papel desempenhado por essa incubadora para o fortalecimento e para a disseminação da EPS como uma alternativa viável e ética ao modo de produção capitalista. Além disso, vale ressaltar que o CIEPS é um agente facilitador e promotor da transformação socioeconômica por meio da aplicação dos princípios da EPS.

A visão da coordenadora enfatiza a importância e relevância da Economia Popular Solidária na promoção de um modelo econômico mais justo e solidário, que possa criar empregos, renda e promover a sustentabilidade em áreas de vulnerabilidade e exclusão social. Nesse sentido, o trabalho realizado pelo CIEPS na incubação e no apoio às OPS demonstra um compromisso efetivo com a mudança socioeconômica por meio da aplicação dos princípios da EPS.

Durante a pesquisa, foi perceptível que as OPS incubadas pelo CIEPS demonstraram avanços em determinados aspectos, como a melhoria da renda, o reconhecimento social e as condições de vida dos incubados. Essas percepções sugerem a eficácia das estratégias adotadas na incubadora, incluindo a construção de redes e parcerias, a promoção da autogestão e colaboração, bem como o incentivo ao desenvolvimento de cadeias produtivas mais sustentáveis e justas.

No entanto, alguns desafios ainda permanecem, como a necessidade de fortalecer a participação e o engajamento dos membros das OPS, e o objetivo de garantir a sustentabilidade financeira das organizações e de superar as contradições, na prática da autogestão. Esses desafios apontam para a importância de uma atuação contínua e integrada por parte do CIEPS e demais atores envolvidos no ecossistema da EPS.

Dessa forma, é fundamental ressaltar a importância do CIEPS/UFU como agente facilitador e promotor da Economia Popular Solidária, bem como a necessidade de continuar investindo em ações e políticas que fortaleçam esse modelo econômico alternativo e suas práticas colaborativas e solidárias. Além disso, é necessário incentivar a pesquisa e a disseminação de experiências bem-sucedidas de EPS.

Como sugestão para futuras pesquisas, recomenda-se uma investigação mais aprofundada sobre as experiências de EPS do CIEPS/UFU, incluindo uma análise comparativa dos métodos de incubação adotados por outras instituições federais. Isso pode fornecer melhorias metodológicas de incubação e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável.

REFERÊNCIAS

- ARCOVERDE, A. C. B.; SOUZA, I. L.; FRAGOSO, N. M. Economia solidária como alternativa ao desemprego e à exclusão social. **Revista da ABET**, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 72-93, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/15716/8963>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- BARBOSA, W. F.; SOUSA, E. P.; Agricultura orgânica no Brasil: características e desafios. **Revista Economia & Tecnologia**, Curitiba, v. 8, n. 4, p. 67-74, out./dez. 2012. DOI 10.5380/ret.v8i4.30784. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/30784>. Acesso em: 24. jun. 2023.
- BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. (org.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 43-66.
- BETANHO, C. et al. **Agroecologia e economia popular solidária para a agricultura familiar camponesa**. Uberlândia: UFU: PROEX: Cieps, 2018.
- BETANHO, C. et al. Organizações produtivas solidárias e as teorias do valor: limites e desafios para ocupar mercados. In: FERNANDES, J. E.; BETANHO, C. (org.). **Economia popular solidária: nosso Sul: a transformação pela solidariedade**. Uberlândia: Navegando, 2017. p. 77-115.
- BETANHO, C.; FERNANDES, J. E.; Economia popular solidária – origens, conceito, limites e desafios. In: FERNANDES, J. E.; BETANHO, C. (org.). **Economia popular solidária: nosso Sul: a transformação pela solidariedade**. Uberlândia: Navegando, 2017. p. 39-62.
- CALBINO, D.; PAULA, A. P. P. A gestão na economia solidária: um estudo nas incubadoras de empreendimentos solidários. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Juiz de Fora, v. 5, n. 1, p. 108-126, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v5n1/v5n1a08.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2023.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CIEPS. **Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários**. Universidade Federal de Uberlândia, 2023. Página inicial. Disponível em: <http://www.cieps.proexc.ufu.br/node/1>. Acesso em: 27 jul. 2023.
- DEES, J. G. The meaning of social entrepreneurship. **Duke Faqua**, 2001. Disponível em: https://centers.fuqua.duke.edu/case/knowledge_items/the-meaning-of-social-entrepreneurship. Acesso em: 30 jun. 2023.
- DINIZ, S. Economia popular e economia social solidária: do precário ao plural. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17., 2017, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: XVII ENANPUR, 2017. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/2151>. Acesso em: 24 jun. 2023.
- FERNANDES, J. E. **Formação e qualificação para o trabalho solidário: o desenvolvimento da economia popular solidária nas práticas do Cieps/UFU**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/29020>. Acesso em: 30 de jun. 2024.

FISCHER, R. M. **O desafio da colaboração**: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor. 5. ed. São Paulo: Gente, 2002.

FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 1-18, mar. 2004. DOI 10.1590/S1679-39512004000100004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebaape/a/nwQMnTWVRS8DpZt56rrpXtb/?lang=pt#>. Acesso em: 26 jun. 2023.

GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 16, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003. DOI 10.9771/ccrh.v16i39.18642. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18642>. Acesso em: 17 jun. 2023.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 115-146.

III PLENÁRIA NACIONAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. Carta de princípios da economia solidária. **Fórum Brasileiro de Economia Solidária**, 2003. Disponível em: <https://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. **Naturalistic inquiry**. Newbury Park: Sage, 1985.

NASCIMENTO, I. R. T. **Incubadoras de economia solidária e extensão universitária**: possibilidades e inovação. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/29435>. Acesso em: 7 ago. 2023.

PALAFOX, G. H. M.; SOUSA, S. Identificação e análise das dimensões constituintes da economia popular solidária: aspectos introdutórios. In: FERNANDES, J. E.; BETANHO, C. (org.). **Economia popular solidária**: nosso Sul: a transformação pela solidariedade. Uberlândia: Navegando, 2017. p. 63-75.

PISICCHIO, R. J.; BONORA, A. P. M. O papel da universidade na disseminação da economia solidária: a experiência de uma incubadora de empreendimentos solidários. **Trabalho (En)Cena**, Palmas, v. 2, n. 1, p. 144-155, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/4201>. Acesso em: 7 jul. 2023.

SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal 2003/2010**. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2012. Disponível em: www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria/oito%20anos%20da%20senaes.%20avancos%20e%20desafios.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

SILVA, J. L. A.; SILVA, S. I. R. A economia solidária como base do desenvolvimento local. **E-cadernos CES**, Coimbra, v. 2, p. 1-15, 2008. DOI 10.4000/eces.1451. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1451>. Acesso em: 17 jun. 2023.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-22, 2004. DOI 10.1590/S0103-40142004000200001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/qzkhXSYNy9DtBzPpwQZjJdj/?lang=pt#>. Acesso em: 26 jun. 2023.

SINGER, P. Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). **Mercado de Trabalho**, v. 56, p. 89-93, fev. 2014. Disponível em:
https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt56_econ02_dez_anos.pdf. Acesso em: 24 jun. 2023.

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 16, n. 1-2, p. 100-112, 2001. DOI 10.1590/S0102-69922001000100005. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/se/a/Xy7BmyrV8tHfwKNVhmSXFyw/?lang=pt#>. Acesso em: 26 jun. 2023.

Submetido em 8 de julho de 2024.
Aprovado em 22 de setembro de 2024.